

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO POR PONDERAÇÃO CURRICULAR
PARA O CICLO DE GESTÃO PLURIANUAL
DE 2013 A 2014

Despacho Normativo n.º 4-A/2010, de 8 de fevereiro – estabelece os critérios a aplicar na realização da ponderação curricular prevista no artigo 43º da Lei nº 66-B/2007, de 28 de dezembro, bem como os procedimentos a que a mesma deve obedecer.

Na ponderação curricular dos trabalhadores serão considerados os seguintes elementos (artigo 3.º):

- a) Habilitações académicas e profissionais (**HAP**)¹;
- b) Experiência profissional (**EP**)²;
- c) Valorização curricular (**VC**)³;
- d) O exercício de cargos dirigentes ou outros cargos ou funções de reconhecido interesse público ou relevante interesse social (**ECF**).

No elemento **ECF** são considerados **cargos ou funções de relevante interesse público** (artigo 7.º):

- a) Titular de órgão de soberania;
- b) Titular de outros cargos políticos;
- c) Cargos dirigentes;
- d) Cargos ou funções em gabinetes de apoio aos membros do Governo ou equiparados;
- e) Cargos ou funções em gabinetes de apoio aos titulares dos demais órgãos de soberania;
- f) Cargos ou funções em gabinetes de apoio dos órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira;
- g) Outros cargos ou funções cujo relevante interesse público seja reconhecido no respetivo instrumento de designação ou de vinculação.

Nas carreiras com graus de complexidade funcional 1 e 2, este elemento de ponderação curricular é substituído por exercício de funções de chefia de unidades ou subunidades orgânicas ou exercício de funções de coordenação nos termos legalmente previstos (n.º2 do artigo 3.º).

No elemento **ECF** constituem **cargos ou funções de relevante interesse social** (artigo 8.º):

- a) Cargos ou funções em organizações representativas dos trabalhadores que exercem funções públicas, designadamente a atividade de dirigente sindical;
- b) Cargos ou funções em associações públicas ou instituições particulares de solidariedade social;
- c) Outros cargos ou funções cujo relevante interesse social seja reconhecido no respetivo instrumento de designação ou vinculação.

¹ Habilitações académicas: Habilitação que corresponda a grau académico ou que a este seja equiparada;

Habilitações profissionais: Habilitação que corresponda a curso legalmente assim considerado ou equiparado (artigo 4.º).

² Desempenho de funções ou atividades. São considerados ações ou projetos de relevante interesse todos aqueles que envolvam a designação e participação em grupos de trabalho, estudos ou projetos, bem como a atividade de formador, a realização de conferências, palestras e outras atividades de idêntica natureza (artigo 5.º).

³ Participação em ações de formação, estágios, congressos, seminários ou oficinas de trabalho realizadas nos últimos cinco anos.

A **Avaliação Final da Ponderação Curricular (AFPC)**, expressa de 1 a 5 valores, é o resultado da média ponderada das pontuações obtidas em cada um dos elementos, não podendo a cada uma deles ser atribuída pontuação inferior a 1, mediante a aplicação de uma das fórmulas classificativas seguintes, variando consoante a pontuação dada ao conjunto de elementos referidos:

- quando **não haja exercício** dos cargos ou funções previstos na alínea d) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 3.º do Despacho Normativo n.º 4-A/2010 e, por isso, a pontuação que deva ser atribuída a este conjunto de elementos seja a mínima, ou seja, igual a 1, a fórmula será:

$$AFPC = 0,1HAP + 0,6EP + 0,2VC + ECF$$

- quando **haja exercício** dos cargos ou funções previstos na alínea d) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 3.º do Despacho Normativo n.º 4-A/2010 e, por isso, a pontuação que deva ser atribuída a este conjunto de elementos seja superior a mínima, ou seja, igual a 3 ou a 5, a fórmula será:

$$AFPC = 0,1HAP + 0,55EP + 0,2VC + 0,15ECF.$$

Para a sua valoração serão utilizados os seguintes critérios classificativos:

1. HAP (Habilitações Académicas e Profissionais) - considera a habilitação que corresponda a grau académico ou que a este seja equiparado ou habilitação profissional que corresponda a curso legalmente assim considerado ou equiparado e é avaliada com uma pontuação de 1, 3 ou 5 valores, de acordo com os seguintes critérios:

- Habilitação académica ou habilitação profissional superiores às legalmente exigíveis a data de integração do trabalhador na respetiva carreira = 5 valores;
- Habilitação académica ou habilitação profissional legalmente exigível a data de integração do trabalhador na respetiva carreira = 3 valores; .
- Habilitação académica ou habilitação profissional inferiores às legalmente exigíveis a data de integração do trabalhador na respetiva carreira = 1 valor.

2. EP (Experiência Profissional) - este fator pondera e valora o desempenho de funções ou atividades inerentes à categoria detida. Nestas funções estão incluídas as desenvolvidas no exercício dos cargos ou atividades a que se refere a alínea d) do n.º 1 do artigo 3.º e é avaliado com uma pontuação de 1, 3 ou 5 valores, de acordo com os seguintes critérios:

- participação em mais de três ações ou grupos de trabalho /projetos de interesse relevante para o serviço, abrangendo obrigatoriamente o ano em avaliação= 5 valores;
- participação em pelo menos duas ações ou grupos de trabalho /projetos de interesse relevante para o serviço, abrangendo obrigatoriamente o ano em avaliação= 3 valores;
- sem qualquer participação em grupos de trabalho/projetos de interesse relevante para o serviço no ano em avaliação= 1 valor.

[Handwritten signature and initials]

3. VC (Valorização Curricular) - este fator pondera e valora a participação em ações de formação, estágios, congressos, seminários, etc., nos últimos cinco anos, nelas se incluindo as frequentadas no exercício dos cargos ou atividades a que se refere a alínea d) do n.º 1 do artigo 3.º e é avaliado com uma pontuação de 1, 3 ou 5 valores, de acordo com os seguintes critérios:

- 1 valor por cada curso ou ação frequentados com relevância direta para a área ou áreas em que são exercidas as funções, com duração igual ou superior a 60 horas;
- 0,5 valores nas condições antecedentes em relação a cursos ou ações de duração inferior a 60 horas e igual ou superior a 30 horas;
- 0,2 valores nas condições antecedentes em relação a cursos ou ações de duração inferior;
- 0,1 valores por cada curso com relevância indireta para a área ou área sem que são exercidas as funções;

Quando a duração das ações de formação for expressa em dias, considerar-se-á cada dia como correspondendo a 6 horas.

Serão ainda consideradas neste fator, as habilitações académicas ou profissionais superiores às exigíveis, desde que completadas nos últimos 5 anos, com reporte ao ano em avaliação, bem como os cursos de pós-graduação e especialização universitária, concluídos nesse período temporal, atribuindo-se, neste caso, a valorização de 2 pontos por cada curso.

A conversão para a escala 1,3 e 5 efetuar-se-á pela seguinte forma, de acordo com o valor obtido pelo somatório das pontuações:

- valor igual ou superior a quatro pontos - 5;
- valor menor que 4 pontos - 3;
- ausência de formação no período em causa - 1.

As eventuais pontuações superiores a 5 valores são reconduzidas à pontuação máxima de 5 valores.

4. ECF (Exercício de Cargos ou Funções) - este fator pondera e valora o exercício de cargos dirigentes ou outros cargos ou funções de reconhecido interesse público ou relevante interesse social (ou, no caso das carreiras com graus de complexidade funcional igual a 1 e a 2, o exercício de funções de chefia ou coordenação) e é avaliado com uma pontuação de 1, 3 ou 5 valores, de acordo com os seguintes critérios (exercício de cargos ou funções previstos na alínea d) do n.º 1 ou no n.º 2 do artigo 3.º):

- exercício de cargos ou funções de reconhecido interesse público ou relevante interesse social por período igual ou superior a 5 anos e abrangendo obrigatoriamente o ano em avaliação - 5 valores;
- exercício de cargos ou funções de reconhecido interesse público ou relevante interesse social, sem verificação dos requisitos cumulativos referidos no ponto anterior - 3 valores;
- sem exercício de cargos ou funções de reconhecido interesse público ou relevante interesse social - 1 valor.